



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO – PE

Referência: PROAD TRT nº 13837/ 2020

Assunto: Inscrição de 02 (dois) servidores no curso "Ordenadores de Despesa e Gestores Públicos. Atribuições, Responsabilidades, Controles e Delegação de Competências", na modalidade EAD (ao vivo).

Contratada: CAPACITY TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO LTDA.

Cuida-se de processo administrativo na modalidade INEXIGÍVEL, com fulcro no art.25, inc.II, c/ c o art.13, inc. VI, da Lei n.º 8.666/ 93, que culminou na inscrição de 02 (dois) servidores no curso "Ordenadores de Despesa e Gestores Públicos. Atribuições, Responsabilidades, Controles e Delegação de Competências", a ser realizado no período de 18 a 21 de agosto de 2020, em ambiente virtual de aprendizagem da contratada, com duração total de 16 horas-aula, no formato EAD.

O processo em questão foi instruído com a indicação de disponibilidade orçamentária e valor pré-empenhado (fls.26/27), resultando na autorização para sua abertura, conforme despacho da Diretoria-Geral deste Tribunal (doc.10).

A empresa em questão encontra-se em situação regular no tocante ao recolhimento dos encargos fiscais, sociais, CNDT e CNJ (fls.16/17, 22 e 44).

Ao promover o exame dos atos e procedimentos levados a efeito neste processo administrativo até o documento de nº12, entendo que os aspectos relacionados à formalidade e à legalidade foram devidamente observados.

Ante o exposto, ADJUDICO o objeto de que trata o presente processo, com a conseqüente HOMOLOGAÇÃO dos procedimentos, bem como autorizo a emissão de empenho, do tipo ORDINÁRIO, na classificação 3390.39.48, no valor de R\$2.580,00 (dois mil, quinhentos e oitenta reais), em nome da empresa CAPACITY TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO LTDA, observando-se, rigorosamente, os preceitos legais contidos na Lei nº 4.320/64 e legislação correlata.

À Diretoria Geral para ratificação pela autoridade superior.

Após, à SOF para emissão de empenho.

Recife, 12 de agosto de 2020.

SÉRGIO SANTOS DE LUCENA E MÉLO
Coordenador/Ordenador da Despesa



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**

REFERÊNCIA: PROAD N.º 13837/2020.

ASSUNTO: CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS/SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO – Inscrição de servidores no curso “*Ordenadores de Despesa e Gestores Públicos. Atribuições, Responsabilidades, Controles e Delegação de Competências*”, na modalidade EAD (ao vivo) – **Sugestão para que seja ratificada a decisão de contratar por inexigibilidade de licitação.**

Excelentíssima Senhora Diretora,

Trata-se de ratificação da decisão de promover a contratação direta em tela, mediante INEXIGIBILIDADE de licitação, com fundamento no artigo 25, inciso II, combinado com o artigo 13, inciso VI, da Lei n.º 8.666/1993, em obediência ao que estabelece o artigo 26 do mencionado diploma legal.

Considerando a delegação conferida ao Diretor-Geral desta Corte e, nas suas ausências e nos seus impedimentos legais, ao respectivo substituto, por meio do inciso II do artigo 1º do ATO EJ-TRT n.º 1/2019, foi autorizada, à fl. 41, a abertura de processo para a contratação em epígrafe.

Após proceder à análise dos autos e constatar que os aspectos relacionados à formalidade e à legalidade foram devidamente observados, o Ordenador da Despesa adjudicou o objeto da contratação, homologou os procedimentos e autorizou a emissão de empenho, do tipo ordinário, no valor de **R\$2.580,00** (dois mil, quinhentos e oitenta reais), em nome da empresa CAPACITY TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO LTDA., conforme se verifica à fl. 45.

Considerando os termos do Acórdão n.º 1336/2006-Plenário do Tribunal de Contas da União, afigura-se desnecessária a publicação de que trata o artigo 26 da Lei de Licitações e Contratos.

DO EXPOSTO, esta Diretoria-Geral submete os autos à apreciação de Vossa Excelência, opinando pela ratificação da inexigibilidade de licitação em comento.

Recife, 13 de agosto de 2020.

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
Diretor-Geral do TRT da 6ª Região

REFERÊNCIA: PROAD N.º 13837/2020.

ASSUNTO: CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS/SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO – Inscrição de servidores no curso “*Ordenadores de Despesa e Gestores Públicos. Atribuições, Responsabilidades, Controles e Delegação de Competências*”, na modalidade EAD (ao vivo) – **Ratificação da decisão de contratar por inexigibilidade de licitação.**

1. Com fulcro na previsão inserta na letra ‘h’ do inciso XIV do artigo 5º da Resolução Administrativa TRT n.º 5/2014, ratifico a decisão de promover a contratação, mediante inexigibilidade de licitação, em observância ao disposto no artigo 26 da Lei n.º 8.666/1993;

2. À Secretaria de Orçamento e Finanças, para emissão de empenho.

Recife, 13 de agosto de 2020.

ENEIDA MELO CORREIA DE ARAÚJO

Desembargadora Vice-Diretora da Escola Judicial do TRT da 6ª Região,

no exercício da Diretoria